

Sumário

| | |
|--|-----------|
| Introdução | 1 |
| Capítulo 1 – A Atribuição da Defensoria Pública por Meio de Intervenções Institucionais Autônomas para um Redimensionamento do seu Papel Político-Jurídico-Social | 15 |
| 1.1 – Acesso à Justiça | 15 |
| 1.1.1 – Projeto de Florença e as ondas renovatórias | 21 |
| 1.2 – Assistência jurídica e judiciária | 27 |
| 1.2.1. – Assistência jurídica e judiciária no Brasil | 29 |
| 1.3 – A correlação entre o Acesso à Justiça e o Acesso à Moradia | 38 |
| 1.4– Defensoria Pública..... | 43 |
| 1.4.1– Defensoria Pública atuando como curador especial | 48 |
| 1.4.2 – Defensoria Pública atuando como amicus curiae | 50 |
| 1.4.3 –A Defensoria Pública como custos vulnerabilis | 52 |
| 1.4.3.1 – Vulnerabilidade e Vulnerável..... | 53 |
| 1.4.3.2 – Intervenção da Defensoria Pública como custos vulnerabilis | 58 |
| 1.4.3.3 – A crescente aceitação pelos tribunais da atuação da Defensoria Pública como custos vulnerabilis..... | 65 |
| 1.4.4 – Defensoria Pública em uma atuação processual no litígio coletivo pela posse de imóvel urbano | 75 |
| 1.4.5 – Defensoria Pública legitimada a promover a regularização fundiária..... | 81 |

| | |
|---|------------|
| Capítulo 2 – Direito À Moradia Adequada | 85 |
| 2.1 – O que é padrão de vida adequado?..... | 85 |
| 2.2 – Direito à moradia adequada um direito inerente do ser humano | 91 |
| 2.3 – Da internacionalização do direito à moradia adequada | 94 |
| 2.4 – Positivção constitucional interna do direito à moradia | 100 |
| 2.5 - A efetivação do direito à moradia como elemento de integridade moral e efetivação da cidadania..... | 105 |
| 2.6 – A relação do déficit habitacional no Brasil e a efetividade do direito à moradia. | 109 |
| 2.7 – A desigualdade social como elemento para priorizar a concretização do direito à moradia. | 115 |
| Capítulo 3 – Conflitos Fundiários Urbanos | 121 |
| 3.1 – Noções preliminares..... | 121 |
| 3.2 – Os fatores históricos de um cenário urbano de exclusão social que propicia a eclosão dos conflitos fundiários | 136 |
| 3.3 – Como a formação das cidades no capitalismo periférico potencializou a existência dos conflitos fundiários | 144 |
| 3.4 - A efetivação do direito à moradia como elemento de integridade moral e efetivação da cidadania que tende a minorar a existência dos conflitos fundiários..... | 151 |
| 3.5 - Como definir quais são as ocupações irregulares urbanas relevantes para esta investigação | 156 |
| 3.6 - A equação não fecha..... | 161 |
| 3.7 – Do permanente conflito de interesses e propósitos | 164 |
| 3.8- Histórico de normatização sobre os conflitos fundiários urbanos | 169 |

| | |
|---|------------|
| Capítulo 4 – O Papel da Defensoria Pública nas Políticas Públicas para Proteção dos Vulneráveis..... | 175 |
| 4.1 – Resolução Recomendada nº 87e sua parcial compatibilidade com uma Defensoria Pública fortalecida..... | 179 |
| 4.2 – Defensoria Pública no papel de facilitadora de direitos..... | 184 |
| 4.2.1 – O Conflito, a Mediação e a Conciliação..... | 185 |
| 4.2.2 Atuação da Defensoria Pública nos Conflitos Fundiários Urbanos..... | 200 |
| 4.3 – A visibilidade dos conflitos fundiários através de um amplo debate democrático liderado pela Defensoria Pública..... | 206 |
| 4.4 – A capacitação da Defensoria Pública para influenciar adequadamente a criação e condução de políticas públicas com foco em moradia popular. | 212 |
| 4.5 – Defensoria Pública possui estrutura material e processual para esta empreitada? | 215 |
| 4.5.1 – Do ponto de vista constitucional | 216 |
| 4.5.2 – Do ponto de vista legal e processual..... | 220 |
| 4.5.3 – Do ponto de vista orçamentário | 224 |
| 4.5.4 – A Defensoria Pública está preparada para desempenhar um novo papel institucional?..... | 226 |
| 4.6 – Mecanismos desta nova política pública habitacional | 228 |
| 4.6.1 – O ciclo da concretização das Políticas Públicas..... | 229 |
| 4.6.2 – Elementos de efetivação de uma Política Pública..... | 236 |

| | |
|--|------------|
| 4.6.3 – A criação, aprovação e desenvolvimento de Políticas Públicas habitacionais por influência da Defensoria Pública | 240 |
| 4.7 – Projetos existentes no ordenamento jurídico nacional que inspiram a implementação desta nova política pública habitacional. | 244 |
| 4.7.1 - Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais de Minas Gerais | 245 |
| 4.7.2 – Coordenadoria de Gerenciamento de Crises e Direitos Humanos do Piauí - CGCDH | 250 |
| 4.7.3 - Grupo de Apoio as Ordens de Reintegração de Posse – GAORP | 252 |
| 4.7.4 - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Porto Alegre | 259 |
| 4.7.5 – Centro Judiciário de Solução de Conflitos Fundiários do TJBA..... | 266 |
| Capítulo 5 – O Desenho Proposto por este Trabalho para que a Defensoria Pública se Torne um Relevante ator na Resolução dos Conflitos Fundiários Urbanos e Concomitantemente Influenciadora na Elaboração e Condução das Políticas Públicas Voltadas para a Habitação Popular | 269 |
| 5.1 – Fase 01 – Da autocomposição das disputas coletivas de terras através da eventual criação da Câmara de Mediação e Conciliação de Conflitos Fundiários da Defensoria Pública | 270 |
| 5.1.1 – O desenho do novo papel da Defensoria Pública nos conflitos fundiários..... | 283 |
| 5.1.2 – A pavimentação do novo desenho | 287 |
| 5.1.3 – Sistemas Multiportas e a Defensoria Pública | 292 |

| | |
|--|------------|
| 5.1.4 – Negócios jurídicos processuais coletivos conduzidos pela Defensoria Pública..... | 300 |
| 5.2 – Fase 02 - A Defensoria Pública como influenciadora na elaboração e condução de Políticas Públicas de habitação voltada para grupos vulneráveis | 302 |
| 5.2.1 – Recomendação Administrativa..... | 305 |
| 5.2.2 – Audiências Públicas | 311 |
| 5.2.3 – Compromisso de Ajustamento de Conduta | 314 |
| 5.2.4 – Processo administrativo preliminar e o poder de requisição ... | 318 |
| 5.2.5 – Experiências inovadoras na Colômbia e no Uruguai que podem ajudar a embasar os instrumentos extrajudiciais de influência. | 321 |
| 5.2.5.1 – Colômbia | 322 |
| 5.2.5.2 – Uruguai | 328 |
| 5.2.5.3 – O que é factível replicar no Brasil das experiências bem-sucedidas com políticas habitacionais na Colômbia e no Uruguai? | 332 |
| 5.2.6 – Programa Casa Verde e Amarela e a Defensoria Pública..... | 335 |
| Conclusão | 339 |
| Referências Bibliográficas..... | 343 |
| Anexo I - Diagnóstico da Pesquisa de Campo..... | 397 |
| Anexo II – Minuta da Resolução que Institui a Câmara de Mediação e Conciliação de Conflitos Fundiários da Defensoria Pública | 401 |